

**CÂMARA TÉCNICA DE EDUCAÇÃO, CAPACITAÇÃO, MOBILIZAÇÃO SOCIAL
E INFORMAÇÃO EM RECURSOS HÍDRICOS – CTEM
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 13ª REUNIÃO**

Data: 22 de novembro de 2005.

Local: Salão Nobre, Hotel Tropical Tambaú, João Pessoa/PB..

Início: 9h25 Término: 17h25

MEMBROS PARTICIPANTES:

- **Ministério da Fazenda:** Mônica Branco – monica.branco@caixa.gov.br
- **Ministério da Educação:** José Leitão A. Filho – joseleitao@mec.gov.br
- **Ministério da Saúde:** Ausência
- **Ministério das Cidades:** Jane Fátima Fonteneles Fontana – jane.fontana@ciudades.gov.br
- **Ministério da Integração Nacional:** Ausência
- **Ministério da Ciência e Tecnologia:** Sanderson Alberto Medeiros Leitão - samleitao@mct.gov.br
- **Ministério do Meio Ambiente/SRH:** Nina Paula Laranjeira – nina.laranjeira@mma.gov.br
- **Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Matheus Marinho de Faria – matheus@ana.gov.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – SP/RJ:** Rosely Sztibe – sma.roselys@cetesb.sp.gov.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – RS/SC:** Paulo Renato Paim – crh@sema.rs.gov.br
- **Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CE/BA:** Maria do Carmo Nunes Pereira - mc@srh.ba.gov.br
- **Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica:** Luiz César Mendes Botelho – lbotelho@cemig.com.br
- **Indústrias:** Antônio Luiz Peres – alperes@petrobras.com.br
- **Comitês de Bacias Hidrográficas:** Suraya Damas de Oliveira Modaelli - bpp@daee.sp.gov.br
- **Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** Ausência
- **Organizações de Ensino e Pesquisa:** Synara Olendzki Broch – synarab@uol.com.br
- **Organizações Não Governamentais:** Gustavo Belic Cherubine – gcherubine@yahoo.com.br

CONVIDADOS:

- Antônio Cesar Leal (UNESP - Pres. Prudente) – cesar@prudente.unesp.br
- Carlos Eduardo Alencastre (Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo/DAEE-SP) – comitepardo@serhs.sp.gov.br
- Devanir Garcia dos Santos (ANA) – devanir@ana.gov.br
- Edson Geraldo Sabbag (DAEE/ CBH MP/ CBH AP) – bpp@daee.sp.gov.br
- Fabiana Zanquetta de Azevedo (DAEE/ CBH Turvo/Grande) – comitetg@serhs.sp.gov.br
- Maria do Socorro Mendes Rosa (AESAs) – mendesrosa29@yahoo.com.br
- Núria Nadal (UNESP – Projeto Rios) – nuria@prudente.unesp.br
- Oneida Freire (M. Turismo) – oneidafreire@brturbo.com.br
- Pedro Carmo de Bartolo (DAEE) – pbart@sigrh.sp.gov.br

RELATORIA:

- Fábio Lavor Teixeira (SRH/MMA) – fabio.teixeira@mma.gov.br

51

52 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

53 Às 9h25 do dia 22 de novembro de 2005, o Sr. Sanderson Medeiros Leitão (MCT), Presidente da
54 Câmara Técnica de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos
55 Hídricos – CTEM, deu início à 13ª reunião da referida câmara técnica do Conselho Nacional de
56 Recursos Hídricos - CNRH. *Item 1 – Abertura.* O Sr. Sanderson Leitão (MCT) saudou a todas e
57 todos e solicitou que os presentes se apresentassem. Destacou o item 4 da Pauta – Panel:
58 Atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas Câmaras Técnicas, como de
59 grande importância e passou a palavra ao Sr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH.
60 O Sr. João Bosco Senra explicou que essa atividade não seria uma reunião dos Presidentes de
61 câmaras técnicas, mas sim um momento de divulgação das ações do CNRH. O Presidente da
62 CTEM indagou se havia alguma proposta de inversão da pauta, mas não houve manifestação
63 nesse sentido. Passando ao *Item 2 - Aprovação das Atas das 11ª e 12ª Reuniões da CTEM*, o Sr.
64 Sanderson Leitão facultou a palavra. As atas foram aprovadas com modificações. *Item 3 – Início*
65 *das discussões das propostas da CTEM para o Seminário Nacional de Consolidação das*
66 *Diretrizes, Metas e Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.* O Sr. João Bosco
67 Senra, Secretário de Recursos Hídricos, falou que a Câmara Técnica do Plano Nacional de
68 Recursos Hídricos – CTPNRH analisará tecnicamente os volumes 1. Panorama Nacional dos
69 Recursos Hídricos no Brasil; 2. O Estado dos Recursos Hídricos no Brasil; 3. Águas para o
70 Futuro; uma visão para 2020; do PNRH no dia 1º de dezembro próximo e os enviará para a
71 Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL proceder às análises legais no dia 05
72 de dezembro. Afirmou que se os volumes forem aprovados nessas duas câmaras técnicas serão
73 submetidos ao CNRH no dia 20 de dezembro. Explicou que o Seminário Nacional de
74 Consolidação das Diretrizes, Metas e Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos se
75 refere aos Volumes 4. Metas e Diretrizes e 5. Programas do Plano Nacional, que estão sendo
76 concluídos e são frutos de exaustivos debates com os membros das Comissões Executivas
77 Regionais – CERs (mais de 200 pessoas), presidentes de câmaras técnicas, Secretários de Estado,
78 técnicos da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH e da Agência Nacional de Águas – ANA e
79 mais de 300 convidados. Falou das Oficinas e Seminários já realizados e da importância do
80 processo descentralizado e participativo no qual o PNRH está sendo construído, por meio do
81 emponderamento dos atores envolvidos, afirmando que o Plano será a pactuação de tudo o que
82 fora discutido nesses encontros. Falou ainda que o Plano é um cumprimento às Metas do Milênio
83 e que o Brasil irá apresentá-lo no Fórum Mundial das Águas. Destacou que o Brasil será um dos
84 poucos países a cumprir esta meta, o que deverá abrir portas para futuras parcerias em Programas
85 e Ações. Antecipou que haverá sim um Programa de Educação Ambiental no âmbito do Plano
86 Nacional de Recursos Hídricos, pois foi uma demanda que se repetiu em vários Seminários e
87 Encontros, assim como a questão do saneamento. Concluiu afirmando que a CTEM tem uma
88 responsabilidade muito grande por lidar com esse tema e facultou a palavra aos presentes. A Sra.
89 Oneida Freire (M. Turismo) indagou acerca dos cenários e suas interações com os diversos
90 planos do Governo Federal. O Sr. João Bosco Senra falou que os cenários serão apresentados
91 com bastante riqueza de detalhes no Seminário e que as questões relativas a outros plano de
92 Governo foram incorporadas. O Sr. Gustavo Cherubine (ONG) falou que a aprovação do Plano
93 Nacional de Recursos Hídricos – PNRH e a realização da II Conferência Nacional do Meio
94 Ambiente abrirá muitas possibilidades para a criação de resoluções e moções e para o
95 detalhamento de programas e ações. Perguntou como a Secretaria de Recursos Hídricos
96 imaginava trabalhar essas demandas para a consecução de resultados efetivos. O Sr. João Bosco
97 Senra falou que após a aprovação do PNRH imagina que as Câmaras Técnicas do CNRH se
98 debruçarão sobre esses materiais para a elaboração de resoluções e moções e falou que também
99 existem materiais oriundos dos encontros, que tratam de questões regionais, que serão
100 encaminhados aos estados. Falou que deverá acontecer um Planejamento Estratégico no
101 Conselho Nacional de Recursos Hídricos, junto com os Presidentes de Câmaras Técnicas, onde

os temas relevantes serão discutidos e falou que tanto a Secretaria de Recursos Hídricos quanto a Agência Nacional de Águas estão também aguardando o PNRH para redefinir suas ações. Afirmou que, após o PNRH ser aprovado, pretende conversar com os diversos Ministérios do Governo Federal de modo a permitir uma maior integração política. O Sr. Gustavo Cherubine (ONG) asseverou ser importante o compartilhamento do Plano com outros Conselhos e suas câmaras técnicas. O Sr. João Bosco Senra concordou e citou o Conselho Nacional de Meio Ambiente e o Conselho de Segurança Alimentar como parceiros importantes. Falou da idéia de se dar publicidade ao Plano e destacou que a UNESCO está pensando em publicar uma cartilha do PNRH e distribuí-la às escolas. Lembrou que o PNRH não resolverá todos os problemas em recursos hídricos do país, mas definirá diretrizes e direções de encaminhamento, onde destacou novamente o papel das câmaras técnicas. O Sr. Paulo Paim (CERH-RS/SC) ressaltou a importância de relacionar bem os diversos conselhos, afirmou que o estado do Rio Grande do Sul já faz isso e que o CNRH deve promover essa integração. Falou da necessidade de um bom relacionamento entre os técnicos e os jornalistas que trabalham com recursos hídricos afirmando que um técnico deve se encarregar de “filtrar” as publicações oriundas do meio técnico de modo a permitir o bom entendimento e posterior replicação no setor de jornalismo. Afirmou que a CTEM deve encabeçar a construção do Programa de Educação Ambiental do Plano Nacional de Recursos Hídricos, no que foi assentido pelo Sr. João Bosco Senra. A Sra. Mônica Branco (M. Fazenda) falou que a CTEM deveria realizar uma oficina nacional com os diversos atores para se pensar na questão da Capacitação e solicitou o apoio da Secretaria de Recursos Hídricos e do seu Secretário. O Sr. João Bosco Senra, Secretário de Recursos Hídricos, falou que daria total apoio a essa iniciativa. A Sra. Suraya Modaelli (Comitês) apontou a lacuna de um Plano de Comunicação Social para o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Falou que a CTEM está trabalhando nessa ação e perguntou como o PNRH vai abordar essa questão. O Sr. João Bosco Senra falou que o Ministério possui uma Assessoria de Comunicação, mas que a SRH conta com uma jornalista que foi contratada especificamente para divulgar o PNRH. Ressaltou que a contribuição da CTEM, nesse assunto, também é muito importante. Falou que a Secretaria de Recursos Hídricos buscou insistentemente a mídia nacional, a qual não dá muito destaque a esse tipo de ação, e conseguiu a realização de um Globo Ecologia específico acerca do PNRH, por meio de parceria com a Fundação Roberto Marinho. A Sra. Nina Laranjeira (SRH/MMA) falou acerca do Grupo de Trabalho de Capacitação, o qual está discutindo diretrizes nesse tema. Citou o material recebido pela Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia – CTCT o qual deve ser trabalhado de modo integrado pela CTEM e pela SRH. O Sr. João Bosco Senra concordou e asseverou que tudo isso é um processo, o qual após a aprovação do PNRH iniciará outras etapas. A Sra. Jane Fonteneles (M. Cidades) falou que o Ministério das Cidades está trabalhando nessa questão por meio de um convênio com a Fundação Fio Cruz. Falou da existência do GT Interministerial que busca integrar essas diversas ações e que terá a próxima reunião no dia 14 de dezembro. O Sr. João Bosco Senra falou que a SRH tem muito interesse nesse trabalho, pois o GT havia nascido de uma demanda que a própria SRH havia encaminhado ao Ministério das Cidades. A Sra. Oneida Freire (M. Turismo) perguntou que tipo de pacto era esse que o Secretário havia falado. O Sr. João Bosco Senra falou que esse pacto deve acontecer por meio do comprometimento, que está sendo articulado, em diversos níveis e setores, e não um pacto que venha de cima para baixo. Falou que os representantes no CNRH dos diversos ministérios estão engajados, mas que após essa etapa deverá acontecer uma sensibilização para as pessoas que não são da área. O Sr. Sanderson Leitão, Presidente da CTEM, agradeceu a presença do Secretário de Recursos Hídricos, Sr. João Bosco Senra, na reunião da CTEM e passou ao *Item 4 – Painel: Atividades do Conselho Nacional de Recursos Hídricos e suas Câmaras Técnicas*. O Sr. João Bosco Senra, Secretário Executivo do CNRH, agradeceu à Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH pelo espaço cedido. Falou que esse tipo de atividade é muito importante tanto para os presidentes de câmaras técnicas quanto para as demais pessoas que atuam em recursos hídricos. Passou à apresentação (ANEXO I) destacando o processo

153 descentralizado, participativo e democrático em que ocorre a gestão dos recursos hídricos, o
154 CNRH como órgão máximo de deliberações do sistema e a importância de realizações de
155 reuniões das câmaras técnicas fora de Brasília. Convidou, em seguida, o Presidente da CTEM,
156 Sr. Sanderson Leitão, para realizar apresentação. O Sr. Sanderson Leitão iniciou a apresentação
157 (ANEXO II) falando que a CTEM, embora seja a mais nova câmara técnica do CNRH em
158 atividade, tem muita responsabilidade. Destacou sua criação em março de 2004 e a reunião
159 inaugural em agosto do mesmo ano. Falou das competências e dos desafios dessa câmara técnica
160 e sua composição, destacando a presença feminina na câmara. Continuando o Painei, o Sr. João
161 Bosco Senra convidou o Presidente da Câmara Técnica de Cobrança pelo Uso de Recursos
162 Hídricos – CTCOB, Sr. Décio Michellis Júnior. O Sr. Décio Michellis fez apresentação
163 (ANEXO III) citando o enorme passivo que o setor de recursos hídricos tem, 178 bilhões de reais
164 só na área de saneamento e falando que os diversos níveis e setores devem contribuir para aliviar
165 esse passivo. Lembrou que a cobrança pelo uso dos recursos hídricos está prevista em lei e é
166 compulsória. Mencionou que a CTCOB realizou um processo de Gestão Estratégica, que contou
167 com a valiosa contribuição da Sra. Raquel Scalia (SRH/MMA) e concluiu afirmando que os
168 grandes desafios do CNRH são: respeitar as normas que nós mesmos criamos e o
169 contingenciamento. Continuando as apresentações o Sr. João Bosco Senra convidou a Presidente
170 da Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras –
171 CTPOAR, Sra. Leila de Carvalho Gomes. A Sra. Leila Gomes iniciou a apresentação (ANEXO
172 IV) lembrando os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e destacando, dentre
173 eles, a Outorga dos Direitos de Usos de Recursos Hídricos. Elencou as competências da
174 CTPOAR, as principais propostas de resolução elaboradas pela câmara técnica que foram
175 aprovadas pelo CNRH, apresentou as propostas de resolução atualmente em discussão e os temas
176 que devem ser abordados em 2006. Representando a Câmara Técnica de Análise de Projeto –
177 CTAP, o seu Presidente Sr. Julio Thadeu Kettelhut fez apresentação (ANEXO V) falando que a
178 CTAP foi criada em função do artigo 35 da Lei 9.433/97, que trata das diversas competências do
179 CNRH. Falou da média de 250 a 300 pessoas/técnicos que discutem mensalmente recursos
180 hídricos por meio das câmaras técnicas do CNRH. Falou da composição e das competência da
181 câmara técnica, destacando o viés de solução de conflitos que a CTAP vem apresentando,
182 promovendo a discussão entre os atores na própria câmara técnica. Concluiu falando das
183 resoluções apresentadas ao CNRH pela CTAP e dos assuntos que estão sendo discutidos nesse
184 momento. O Sr. João Bosco Senra passou a palavra ao representante da Câmara Técnica de
185 Ciência e Tecnologia – CTCT, Sra. Luiza Cristina Krau, a qual justificou a ausência do
186 Presidente da CTCT, Sr. Demetrios Christofidis. A Sra. Luiza Cristina prosseguiu falando que
187 um dos principais assuntos em pauta na CTCT é a discussão sobre Uso Eficiente da Água
188 (ANEXO VI), onde destacou a criação do GT que está trabalhando esse assunto, seus objetivos e
189 atividades realizadas. Passou a palavra ao Sr. Wilson Cabral de Souza Jr., também membro da
190 CTCT, que discorreu acerca de outros dois GTs da câmara técnica: GT de Reúso e GT de
191 demandas em Ciência e Tecnologia, o qual busca definir diretrizes para a demanda e alocação
192 dos recursos públicos em ciência e tecnologia no setor de recursos hídricos, permitindo que os
193 recursos do CT-Hidro sejam capilarizados a todos os níveis e setores e convidou os presentes
194 para a reunião da CTCT a ser realizada no dia seguinte (23 de novembro). Ainda da CTCT, falou
195 o Sr. Devanir Garcia dos Santos, que fez apresentação sobre o GT de Reúso (ANEXO VII),
196 apresentando os principais pontos da proposta de resolução a ser submetida ao CNRH. O
197 Presidente da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS, Sr. João Carlos Simanke, saudou
198 a todos e todas e falou das competências da câmara técnica, os principais assuntos que já foram
199 discutidos e/ou estão em pauta no momento, com destaque para a integração da gestão das águas
200 minerais. O Sr. Julio Thadeu Kettelhut, Presidente da Câmara Técnica de Assuntos Legais e
201 Institucionais - CTIL, iniciou sua apresentação (ANEXO VIII) falando da criação, da composição
202 e das competência da câmara técnica; que a CTIL não é uma câmara técnica composta
203 unicamente por advogados, embora ela não discuta o mérito técnico dos assuntos. Apresentou os

204 assuntos atualmente em discussão na CTIL, destacou que o Governo Federal é minoria na câmara
205 técnica e ratificou a importância de que as resoluções sejam seguidas e cumpridas e, a partir do
206 instante em que elas não estejam atendendo sejam modificadas. O Sr. João Bosco Senra
207 convidou o Sr. Francisco de Assis de Souza Filho, Presidente da Câmara Técnica do Plano
208 Nacional de Recursos Hídricos – CTPNRH para falar. O Sr. Assis falou que não iria se
209 prolongar, pois na parte da tarde haveria uma mesa redonda com o Secretário de Recursos
210 Hídricos, Sr. João Bosco Senra, onde o tema Plano Nacional de Recursos Hídricos seria
211 novamente tratado. Iniciou destacando e enaltecendo o papel do Sr. Fabiano Chaves da Silva
212 (SRH/MMA), relator da CTPNRH, e falou das atividades da câmara técnica. Discorreu acerca
213 dos documentos do PNRH, destacando o documento base, falou das vertentes regionais e
214 nacional que o Plano contempla e reforçou a realização do Seminário de Consolidação de
215 Diretrizes, Metas e Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos, a ser realizado nos dias
216 28, 29 e 30 de novembro em Brasília/DF. Destacou a sólida base técnica sobre a qual o Plano
217 está sendo construído, a qual contou com a participação de mais de 700 pessoas, e concluiu
218 enfatizando os papéis da Agência Nacional de Águas e da Secretaria de Recursos Hídricos. O Sr.
219 João Bosco Senra convidou, então, o Sr. Carlos Eduardo Alencastre, Conselheiro do CNRH, para
220 apresentar a Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas
221 Estuarinos e Zona Costeira. O Sr. Carlos Eduardo Alencastre lembrou que a câmara técnica ainda
222 não teve sua reunião inaugural, que a idéia desta câmara surgiu de um debate no Fórum Nacional
223 dos Comitês em 2002 e foi concluída no Fórum em 2004. Disse que em novembro de 2004
224 houve uma oficina para analisar a criação desta câmara e em julho de 2005 a criação da mesma
225 foi aprovada pelo CNRH. Destacou que o Brasil tem 17 estados com zonas costeiras totalizando
226 8.500km de costa. Concluiu afirmando que a câmara já iniciará com diversos assuntos em pauta.
227 O Sr. João Bosco Senra lamentou a ausência do Sr. Bernardo Paranhos, Presidente da Câmara
228 Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, agradeceu a presença e
229 atenção de todas e todos e encerrou o item 4. Iniciando o *Item 5 – Apresentação acerca do*
230 *Sistema Estadual de Recursos Hídricos e Ações em Educação Ambiental da Paraíba*, o Sr.
231 Sanderson Leitão apresentou o Sr. Sérgio Góis, diretor-presidente da Agência Executiva de
232 Gestão das Águas do Estado da Paraíba – AESA e lhe passou a palavra. O Sr. Sérgio Góis
233 (AESA) agradeceu o convite e falou que era um prazer estar na reunião da CTEM. Falou das
234 estruturas antiga e atual de gestão de recursos hídricos no estado da Paraíba e dos conflitos
235 existentes. Disse que a AESA, criada em 1º de agosto de 2005, apresenta várias gerências com
236 corpo técnico bastante multidisciplinar e capacitado, permitindo a implantação de todos os
237 instrumentos de gestão de recursos hídricos, com destaque para a execução de programas e ações
238 em educação, mobilização social e informação, os quais permeiam todas as gerências e envolvem
239 desde escolas até os tomadores de decisão, como prefeitos e gestores. Falou da sua experiência
240 na Universidade com a qual tem bastante interação, evidenciando o caráter participativo na busca
241 de soluções que apresentam visão holística aos problemas regionais. Falou da necessidade de
242 mudança de mentalidade, por meio da educação e mobilização, como a modificação de
243 determinadas técnicas de irrigação. Destacou a gestão compartilhada entre os estados da Paraíba
244 e do Rio Grande do Norte no tocante à bacia do Piranhas-Açú e ressaltou apoio institucional
245 recebido tanto da ANA quanto da SRH. Agradeceu mais uma vez a oportunidade de falar para os
246 membros da CTEM e se colocou à disposição para esclarecimentos. A Sra. Suraya Modaelli
247 (Comitês) indagou pelo funcionamento do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERH e
248 pela existência de comitês de bacia. O Sr. Sérgio Góis falou que o CERH-PB teve sua primeira
249 reunião em 2003 e se encontra em funcionamento; com relação aos comitês, falou que a Paraíba
250 tem mais de 12 bacias hidrográficas e, em prol da sustentabilidade, foi encaminhada proposta ao
251 CERH-PB de criação de seis comitês estaduais e um comitê federal (Piranhas-Açú), a qual foi
252 apreciada e aceita. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) perguntou pela existência de câmaras técnicas
253 que atuam junto ao CERH, no que foi informado da existência de 06 (seis) câmaras técnicas,
254 sendo uma de educação ambiental. O Sr. José Leitão (MEC) perguntou se a Paraíba já dispunha

255 de um plano estadual de recursos hídricos e se já realizava cobrança pelo uso de recursos
256 hídricos. O Sr. Sérgio Góis esclareceu que existem diversos planos e estudos pontuais mas que o
257 Plano Estadual de Recursos Hídricos ainda está em elaboração e informou que a AESA tem uma
258 gerência específica de cobrança a qual está trabalhando no sentido de implementar esse
259 instrumento na gestão estadual, afirmou que já existe uma minuta pronta prevendo o início da
260 cobrança no setor de saneamento, seguido pelo setor industrial. O Sr. Gustavo Cherubine (ONG)
261 perguntou pela participação da sociedade civil, a Sra. Oneida Freire pelo andamento do projeto
262 de gerenciamento costeiro e a Sra. Maria do Carmo (CERH-BA/CE) pela participação popular na
263 elaboração do plano diretor. O Sr. Sérgio Góis respondeu que há incentivos à formação de
264 associações; quanto à gestão costeira a AESA fica com a gestão mais quantitativa e o órgão
265 ambiental cuida da qualidade da água, explicou ainda que a metodologia para elaboração de
266 plano diretor preconiza a participação popular via audiências públicas, definidas pelo termo de
267 referência da ANA. O Sr. José Leitão (MEC) perguntou acerca de quem banca a AESA, no que
268 foi respondido que é o Tesouro Estadual. O Sr. Sanderson Leitão, Presidente da CTEM,
269 agradeceu a participação do Sr. Sérgio Góis e passou ao *Item 6 – Continuação das discussões*
270 *das propostas da CTEM para o Seminário Nacional de Consolidação das Diretrizes, Metas e*
271 *Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos*. O Sr. Paulo Paim (CERH-RS/SC) lembrou
272 que o mais importante é que alguém da CTEM esteja presente para defender as nossas propostas
273 e reforçar a necessidade de programas em Educação Ambiental. A Sra. Suraya Modaelli
274 (Comitês) falou que considera necessário que a CTEM, em sua próxima reunião, faça uma
275 reflexão acerca das suas funções e competências, pois acredita que algumas prioridades deveriam
276 ser revistas e falou que ainda não havia sido feita a avaliação da reunião de Ilhéus/BA. O Sr.
277 Paulo Paim (CERH-RS/SC) frisou que reuniões fora de Brasília são muito importantes desde que
278 feitas de modo bem organizado. A Sra. Nina Laranjeira (SRH/MMA) falou que a CTEM deve
279 estar preparada para um debate com os estados nessas reuniões e concordou com a Sra. Suraya
280 Modaelli (Comitês) com a necessidade da próxima reunião ser de reflexão. Falou que a CTEM
281 deveria pensar em diretrizes para planos de capacitação nos âmbitos federal e estadual e divulgá-
282 las por meio de resolução, mas que a elaboração do Plano Nacional de Capacitação não deve
283 ficar a cargo da CTEM. Falou que os membros da câmara técnica deveriam identificar os
284 programas de educação ambiental, no Seminário, e tecer os seus comentários. O Sr. Sanderson
285 Leitão (MCT) falou que acredita ser importante a presença da ANA no GT de Capacitação. A
286 Sra. Rosely Sztibe (CERH-SP) falou que além da ANA, outros atores deveriam compor esse GT,
287 citando os Ministérios das Cidades, Saúde e da Integração Nacional. Solicitou que fossem
288 levados para a próxima reunião da CTEM as mudanças e continuidades dos membros de cada
289 segmento. Ratificou a necessidade de se repensar as atividades da câmara técnica na próxima
290 reunião, afirmando que a CTEM, em algumas oportunidades, deixou se levar para temas não
291 muito afeitos à sua competência. O Sr. Gustavo Cherubine (ONG) falou que a CTEM deve se
292 posicionar como um ator pró-ativo nos debates das questões de educação ambiental do Plano
293 Nacional de Recursos Hídricos, promovendo oficinas e seminários em 2006 com vistas a esse
294 aprofundamento e tendo como base o PNRH e a II Conferência Nacional de Meio Ambiente,
295 documentos que deverão servir a inúmeras resoluções. O Sr. Sanderson Leitão concordou, mas
296 externou sua preocupação quanto à CTEM ter recursos para promover esse tipo de ação, embora
297 considere esses seminários muito importantes. A Sra. Mônica Branco (M. Fazenda) concordou
298 com a Sra. Rosely Sztibe (CERH-SP) afirmando que a CTEM deve focar mais em assuntos de
299 sua competência. O Sr. Sanderson Leitão (MCT) falou que a CTEM deve se concentrar nas
300 demandas oriundas do Plano Nacional de Recursos Hídricos e mostrar capacidade de trabalho
301 dando continuidade a estas demandas e também concordou com a Sra. Rosely Sztibe (CERH-SP)
302 afirmando que a CTEM deve se ater às suas competências. A Sra. Nina Laranjeira (SRH/MMA)
303 falou que diretrizes para um Programa de Capacitação e para um Plano de Comunicação são duas
304 demandas enormes e que dependem diretamente da CTEM. A Sra. Mônica Branco (M. Fazenda)
305 falou que a CTCT pode contribuir com o Plano de Capacitação. O Sr. Sanderson Leitão,

306 Presidente da CTEM, concordou e se prontificou a conversar com o Presidente da CTCT, Sr.
307 Demetrios Christofidis após a reunião da CTEM de dezembro para tratar do Plano de
308 Capacitação. O Sr. Antônio Peres (Indústrias) falou que existe uma demanda muito grande em
309 capacitação para o setor industrial, principalmente nas pequenas e médias indústrias. O Sr.
310 Gustavo Cherubine (ONG) falou que os membros deveriam evitar a ansiedade para o Seminário
311 e tentar articulações com a Secretaria de Recursos Hídricos buscando canais de efetivação do
312 Plano Nacional de Recursos Hídricos nos eixos de educação, capacitação, mobilização social e
313 informação. Frisou sua opinião da CTEM emitir resoluções que “oxigenem” o Sistema Nacional
314 de Gerenciamento de Recursos Hídricos em suas diversas esferas. A Sra. Mônica Branco (M.
315 Fazenda) concordou com o Sr. Gustavo Cherubine (ONG) e disse que a CTEM poderia começar
316 pensando em uma resolução com diretrizes e metas para o Plano de Capacitação. O Sr. José
317 Leitão (MEC) falou da existência de uma Portaria do Ministério do Meio Ambiente (Portaria N.º
318 68, de 30 de março de 2004) que instituiu o Grupo de Trabalho – GT sobre Comunicação e
319 Informação Ambiental. A Sra. Ninon Machado (ONG) falou que tem um enorme carinho pela
320 CTEM, cuja criação surgiu do Fórum Brasileiro de Organizações Não Governamentais e
321 Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – FBOMS. Disse que a
322 Resolução CNRH N.º 39, que institui a CTEM, tenta criar uma interface com todos os setores
323 existentes no Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, dentro do conceito de
324 gestão descentralizada, participativa e compartilhada da Lei 9.433/97, pois a CTCT tinha
325 somente um foco na Academia. Falou que a CTEM deve ter a preocupação de abrir espaços além
326 dos tecnocráticos e mostrar à sociedade a sua capacidade de criar coisas, citou as escolas, que
327 têm interesse nisso, mas não têm quem as oriente. Concluiu afirmando que a CTEM deve ser
328 uma câmara técnica muito mais provocativa e orientativa do que as outras. O Sr. José Leitão
329 (MEC) lembrou que a Política de Educação Ambiental data de 1999, foi regulamentada em 2002
330 e é muito bonita, mas que ainda falta muito para sua efetiva implementação, como a educação
331 ambiental nos setores informais. A Sra. Ninon Machado (ONG) falou que foi criada pelo
332 Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD uma Rede Internacional de
333 Capacitação em Recursos Hídricos que é a CAP-NET, inclusive com uma ramificação no Brasil.
334 Falou que, diferentemente da CTCT, a CTEM tem a obrigação de chegar às camadas de base. A
335 Sra. Nina Laranjeira (SRH/MMA) frisou que a CTEM deve chegar a toda a sociedade, e não
336 somente à base do SINGREH. A Sra. Ninon Machado (ONG) concordou e alertou que isso é um
337 processo lento. O Sr. Sanderson Leitão, Presidente da CTEM, falou que os membros da CTEM
338 presentes ao Seminário devem, então, ficar atentos a assuntos pertinentes ao Programa de
339 Capacitação e ao Plano de Comunicação Social e sugeriu que, caso fossem realizados trabalhos
340 em grupos, fosse um membro da câmara técnica para cada grupo. O Sr. Gustavo Cherubine
341 (ONG) falou que os presentes ao Seminário devem ficar atentos aos quatro aspectos: educação,
342 capacitação, mobilização social e informação. Em virtude do avançado da hora, o *Item 7 –*
343 *Apresentação e discussão das ações do Grupo de Trabalho da Década Brasileira da Água* foi
344 retirado de pauta. O Sr. José Leitão (MEC) registrou que essa era a 3ª reunião em que este
345 assunto era pautado e não discutido. *Item 8 – Comunicados da Presidência* – O Sr. Sanderson
346 Leitão falou que havia uma proposta de mudar o nome do Conselho Nacional de Recursos
347 Hídricos para Conselho Nacional das Águas e que a CTEM poderia pensar nisso. Falou da idéia
348 de se inserir a Educação Ambiental como mais um instrumento da Lei 9.433/97, o que já está
349 sendo discutida com o PL 1616. Mencionou o Ofício CONERH N.º 707/2005 do Secretário de
350 Recursos Hídricos do Estado do Ceará e Presidente do Conselho de Recursos Hídricos do Ceará,
351 Sr. Edinardo Rodrigues, afirmando que o estado do Ceará já possui uma Comissão
352 Interinstitucional de Educação Ambiental, criada em dezembro de 2001 e no âmbito desta existe
353 uma câmara técnica para tratar especificamente da educação ambiental como instrumento de
354 gestão dos recursos hídricos. Falou também que havia conversado com um diretor da Agência
355 Nacional de Águas para que fosse indicado um técnico para compor o GT de Capacitação.
356 Passando ao *Item 9 – Assuntos Gerais*, após debates, a 14ª Reunião da CTEM ficou agendada

357 para o dia 19 de dezembro de 2005, onde o principal assunto seria uma avaliação das atividades e
358 competências da CTEM. *Item 10 – Enceramento* - Nada mais havendo a tratar, o Sr. Sanderson
359 Leitão, Presidente da CTEM, agradeceu a presença de todos, ratificou a data de 19 de dezembro
360 para a realização da 14ª reunião da CTEM, em Brasília/DF, e deu por encerrada a 13ª reunião às
361 17h25.

362

363 **ENCAMINHAMENTOS:**

364 Ata aprovada durante a 14ª reunião da CTEM, realizada em 19 de dezembro de 2005.

365

366

367

368

SANDERSON ALBERTO MEDEIROS LEITÃO

369

Presidente da CTEM

370

371

372

Fábio Lavor Teixeira

373

Relator da CTEM

374